

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.435.098 - PE (2019/0016873-5)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORES : SABRINA PINHEIRO DOS PRASERES E OUTRO(S) - PE000921B
ARSENIA PARENTE BRECKENFELD - CE020205
AGRAVADO : MURYTHON KARLOS CHAGAS CAVALCANTI
ADVOGADOS : PAULO EDUARDO GUEDES MARANHÃO - PE028436
ADRIANA GRAZIELLA CRISTINA ARAUJO LUZ BRITO -
PE038596

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pelo ESTADO DE PERNAMBUCO, em 24/07/2018, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. DIREITO À SAÚDE. SISMEPE. CIRURGIA PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA REJEITADA. LIMITAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ESTADO. NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO DO JUDICIÁRIO PARA GARANTIR A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. APLICAÇÃO DE NORMAS CONSUMERISTAS AO PRESENTE CASO. O VALOR ESTIPULADO À TÍTULO DE ASTREINTES ENCONTRA-SE DENTRO DOS PARÂMETROS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO DE APELAÇÃO DESPROVIDO. UNANIMIDADE.

1. Na espécie, o juízo dispõe de elementos para apreciar as alegações apresentadas pelas partes, de forma que os documentos acostados aos autos bastam para a formação de seu convencimento e permitem o exame das questões discutidas, sendo portanto desnecessária a produção de outras provas. No caso dos autos, a necessidade da cirurgia vem corroborada em relatório médico, formulado por profissional que vem acompanhando a patologia do apelado, e que possui melhores condições de indicar o tratamento mais adequado, não havendo que se falar em prévia submissão à junta médica para parecer.

2. *In casu*, restou demonstrada a necessidade de procedimento cirúrgico como garantia e preservação do direito fundamental à saúde; consubstanciados no princípio da dignidade da pessoa humana previsto no art. 1º, inciso III da Constituição Federal de 1988.

3. A alegação de limitação orçamentária não pode servir de argumento para o não atendimento do mínimo existencial,

especialmente na área de saúde, o qual possui intrínseca relação com o princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no art. 3º, da Constituição da República de 1988

4. Embora se reconheça que o Sistema de Saúde dos Militares do Estado de Pernambuco - SISMEPE, no intuito de manter a higidez de suas finanças, detém liberdade para afastar do âmbito de sua cobertura algumas espécie de despesas, faz-se mister verificar que, na presente hipótese, em confronto com os interesses econômicos da entidade, está o interesse superior do apelado, qual seja, seu direito à saúde.

5. Não há violação à separação dos poderes quanto o Judiciário intervém em questões de mérito administrativo com a intenção de garantir a observância ao princípio da legalidade.

6. No tocante a exclusão ou diminuição do valor de multa, entendo que a quantia estipulada na decisão se encontra dentro dos parâmetros da razoabilidade e proporcionalidade, não havendo razões plausíveis para que esse relator exclua ou diminua o valor estabelecido.

7. No que concerne aos honorários advocatícios, considerando o valor do direito controvertido e, sobretudo, utilizando o critério de equidade, entendo como satisfatório e condizente com os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, o valor determinado na sentença, razão pela qual não vejo motivos para a reforma da decisão recorrida nesse particular.

8. Recurso de Apelação desprovido por unanimidade" (fls. 133/134e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 140/143e), os quais restaram parcialmente acolhidos, tão somente para fins de prequestionamento, nos seguintes termos:

"DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DIREITO HUMANO À SAÚDE. ACLARATÓRIOS NA APELAÇÃO CÍVEL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INEXISTENTE. EXERESE CIRÚRGICA DE PETRÍGIO NASAL EM OLHO DIREITO COM TRANSPLANTE DE CONJUNTIVA. CONFORME EXAMES E LAUDOS. SÚMULA Nº 18 DO TJPE. ACLARATÓRIOS CONHECIDOS TÃO-SOMENTE PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO DO CONTIDO NOS ARTIGOS 2º, 5º E 37, DA CF/88; 537, DO NCPC (461 § 4º, DO CPC/73), PORÉM IMPROVIDOS DE FORMA INDISCREPANTE.

1. A decisão fustigada encontra-se inteiramente esteada no entendimento expresso na Súmula no 18 deste Egrégio Sodalício, segundo o qual comprovada necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o cidadão prejudicado em buscar a tutela jurisdicional, impondo-se ao Estado a obrigação de

disponibilizar os meios necessários ao custeio do tratamento, consistindo este tratamento em medicamento, fornecimento de mecanismos que serão implantados, ou qualquer outra forma de fármaco que venha possibilitar a cura do cidadão, razão pela qual mostra-se apropriada sua manutenção.

2. Os dispositivos apontados, quais sejam: i) artigos da CF/88: 2º (separação dos poderes), 5º (princípio da isonomia), 37 (princípio da legalidade); ii) artigo 537 (multa compatível com a obra e prazo razoável para o seu cumprimento) - (respectivamente do CPC/73: 461, § 4º), não restaram violados. A matéria foi cabalmente enfrentada.

3. Os princípios da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF) e da preservação da saúde dos cidadãos em geral (art. 6º impõem ao Estado a obrigação de fornecer, prontamente, fármacos necessários, em favor de pessoa hipossuficiente responsabilidade solidária dos entes públicos (art. 196 da CF).

4. Aclaratórios conhecidos tão-somente para fins de prequestionamento do contido nos artigos 2º, 5º e 37, da CF/88; artigo 537, do NCPC (artigos 461 § 4º, do CPC/73).

5. Decisão unânime" (fls. 180/181e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta violação aos artigos: a) 1.021, II, do CPC/2015, sob a tese de que "as omissões arroladas pelo ora Recorrente persistiram no acórdão, o que caracteriza manifesta afronta ao art. 1.021, II, do CPC, por não ter se exaurido, por completo, a prestação jurisdicional" (fl. 205e); b) 537 do CPC/2015, pois a multa fixada, no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais), ao mês, mostra-se excessiva e incompatível com a obrigação.

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial.

Contrarrazões a fls. 211/214e.

Inadmitido o Recurso Especial (fls. 222/223e), foi interposto o presente Agravo (fls. 232/240e).

Contraminuta a fls. 252/255e.

A irresignação não merece prosperar.

Inicialmente, cabe destacar que o art. 1.021 do CPC/2015 possui a seguinte redação:

"Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal.

§ 1º Na petição de agravo interno, o recorrente impugnar especificadamente os fundamentos da decisão agravada.

§ 2º O agravo será dirigido ao relator, que intimará o agravado para

manifestar-se sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, ao final do qual, não havendo retratação, o relator levá-lo-á a julgamento pelo órgão colegiado, com inclusão em pauta.

§ 3º É vedado ao relator limitar-se à reprodução dos fundamentos da decisão agravada para julgar improcedente o agravo interno.

§ 4º Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa.

§ 5º A interposição de qualquer outro recurso está condicionada ao depósito prévio do valor da multa prevista no § 4º, à exceção da Fazenda Pública e do beneficiário de gratuidade da justiça, que farão o pagamento ao final".

Deste modo, verifica-se que o referido preceito legal não possui comando normativo suficiente apto a sustentar a tese recursal de omissão no acórdão recorrido. Incide, no ponto, a Súmula 284/STF.

No tocante às astreintes, fixadas no valor de R\$1.000,00 (mil reais) por dia, manifestou-se o Tribunal de origem:

"Com relação à estipulação da multa, não há que se falar em prazo exíguo para cumprimento da liminar, uma vez que o recorrido é portador de patologia grave, em que a demora na realização da cirurgia poderá causar-lhe graves e irreversíveis prejuízos, devendo, portanto, ser cumprida de imediato, como forma de garantir a efetivação do direito fundamental à saúde.

No tocante a redução ou exclusão da cobrança de multa, é cediço que as astreintes têm por escopo a coerção do réu ao cumprimento do provimento judicial, no intuito de coibir o retardo injustificado no atendimento da tutela concedida.

E por tal motivo, o valor das multas diárias devem estimular o cumprimento da decisão judicial, sob pena de tornar-se inócua e não atender a sua finalidade principal, justificando-se, assim, sua imposição pelo magistrado" (fl. 125e).

Com efeito, a jurisprudência desta Corte consolidou o entendimento no sentido de que o montante fixado a título de astreintes somente pode ser revisto excepcionalmente, quando irrisório ou exorbitante, sob pena de ofensa ao disposto na Súmula 7 desta Corte, o que não se revela a hipótese dos autos.

Nesse sentido:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL.
FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. AUSÊNCIA DE

NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.
ASTREINTES. REDUÇÃO DO VALOR. REEXAME DE
PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. (...)

2. Na via especial não é cabível, em regra, a revisão do valor fixado pelas instâncias ordinárias a título de multa diária por descumprimento da obrigação de fazer, ante a impossibilidade de análise de fatos e provas, conforme a Súmula 7/STJ. Contudo, a jurisprudência desta Corte admite, em caráter excepcional, que o quantum arbitrado a título de astreintes seja alterado, caso se mostre irrisório ou exorbitante, em clara afronta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não é a hipótese dos autos.

3. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 1.168.285/PE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 17/04/2018).

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, **conheço** do Agravo para **não conhecer** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora